

# POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE E SUA RELAÇÃO COM A PSICOLOGIA

2020

**Uállafe de Oliveira Silva**  
Psicólogo

Email de contacto:  
[uallafe-oliveira@hotmail.com](mailto:uallafe-oliveira@hotmail.com)

---

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer um breve estudo e análise sobre o quanto a juventude brasileira, a sociedade e o governo avançaram no diálogo e nas práticas voltadas para as políticas públicas, assim como sobre as contribuições da psicologia no desenvolvimento da formação da subjetividade e do indivíduo perante a sociedade brasileira. A partir disso sustenta-se ampliar o diálogo, a análise e o que avançou em relação às políticas voltadas para a juventude. Para tal, torna-se essencial uma breve descrição sobre o desenvolvimento do jovem, sua relação com a cultura, sociedade e políticas no âmbito do nosso país, expondo o ponto de vista de alguns autores como Sigmund Freud, Erick Erikson, Michel Foucault, Erick Laurent, Jean Piaget, entre outros. Utilizaremos também leis federais sobre juventude, estatuto da criança e do adolescente (ECA) e estatuto nacional de juventude. Para nortear o estudo, será utilizando o referencial teórico da psicologia social, políticas públicas, desenvolvimento e psicanalítico.

**Palavras-chave:** Juventude, desenvolvimento, políticas públicas, sociedade, representação social, sujeito.

Copyright © 2020.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



## INTRODUÇÃO

A juventude é um projeto de vida e um período em que o indivíduo tornar-se socialmente produtivo, iniciando a sua vida adulta. A psicologia tem ajudado muito no entendimento da sociedade no diz respeito ao desenvolvimento da juventude, tornando o indivíduo mais crítico e buscando mostrar o ser humano em suas fases do desenvolvimento, da construção da personalidade da infância à idade adulta, através de várias teorias que foram muito importantes para o desenvolvimento do pensamento sobre a juventude.

Piaget (2012) defende a tese de que o desenvolvimento da personalidade na infância, entre 8 e 12 anos de idade, com a organização autônoma das regras, dos valores e a afirmação da vontade. Esse desenvolvimento vai ser único e pessoal, ocorrendo independentemente de raça, credo, religião, país ou cultura, adaptando o indivíduo ativamente à realidade a sua volta, para inserção no mundo do trabalho ou na preparação para ele.

O processo de desenvolvimento da juventude e de todos os seres humanos permeia o ambiente familiar, visto que suas decisões muitas vezes estarão relacionadas de modo que o sujeito estabelecerá um processo de estabilidade e mudanças nas interações com o meio, durante o curso da sua vida e através de gerações, conforme relata Bronfenbrenner (1996).

O Jovem, de fato, é um indivíduo em preparação para o mundo, podendo fazer suas reivindicações, escolhas e, até mesmo, participar da construção de uma sociedade melhor com suas idéias, objetivos e lutas para o desenvolvimento e crescimento da juventude e de todo o indivíduo que pertence a uma coletividade. Existindo certo impedimento de grau de autonomia desse sujeito jovem baseado nas restrições, para preservação e manutenção dessa cultura como, afirma Freud (1930): “A cultura totêmica baseia-se nas restrições que eles tiveram que impor uns aos outros, a fim de preservar o novo estado de coisas”. (FREUD, p.62).

A questão do desenvolvimento humano, dentro da psicologia, vai ser de extrema importância para sociedade e juventude, possibilitando novos entendimentos e um olhar para compreensão dessas etapas do crescimento humano - criança, adolescente, jovem e adulto-como relata as autoras Mattos & Castro (2016):

“A psicologia do Desenvolvimento insere-se de maneira privilegiada como disciplina no projeto moderno, oferecendo explicações e previsões a respeito das etapas pelas quais a criança precisaria passar para se tornar um cidadão adulto normal da sociedade em que vive” (MATTOS & CASTRO, p.5).

Temos também, dentro da psicologia, a área social, através da teoria das representações sociais, na qual o indivíduo terá participação coletiva com a sociedade e o governo e que irá

oferecer grandes informações e contribuições para o conhecimento da juventude e das suas características, que nem sempre são analisadas corretamente pela sociedade como todo.

Segundo Jodelet (2001), a representação social se dá através de uma forma de conhecimento que deve estar dentro de uma sociedade, tendo um objetivo comum a todos e contendo a elaboração e o compartilhamento para uma finalidade comum a todos.

Ainda é muito rara a discussão sobre as políticas públicas voltadas para a juventude e a sua relação com a psicologia, um tema muito recente em nossa sociedade e pouco discutido em seu aspecto geral. Muitas das políticas públicas implementadas pelos poderes, sejam eles da esfera municipal, estadual ou federal, foram feitas ou, de fato, aconteceram em decorrência de algum problema ou ameaça social para a sociedade e, em muitos casos, sem pensar nos danos cognitivos, comportamentais e na subjetividade do jovem.

No ano de 2013 foi criada a Lei N° 12.852, assinada pela então presidente da República Dilma Rousseff. Nela está instituído o Estatuto da juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude para as pessoas jovens com idade de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos de idade, tendo também uma ligação com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Através desta lei, inicia-se um novo tempo, um novo olhar, tanto do governo como da sociedade para as políticas públicas voltadas para a juventude. Este foi um grande legado conquistado para a juventude brasileira que vinha lutando desde o movimento Caras Pintadas já na década de 90, no qual milhares de jovens foram para ruas apoiar o processo do *impeachment* do presidente da época, Collor de Mello, e por mais direitos e políticas públicas específicas direcionadas à juventude.

O movimento Caras Pintadas mostrou o diferencial da juventude, isto é, sua capacidade de não apenas escolher o seu representante, mas também - pelo simples fato de pedir um *impeachment* - favorecer o entendimento da sociedade de que o jovem é também suficientemente maduro para escolher um representante, assim como lutar pelo seus direitos e por mais políticas públicas que favoreçam a juventude como um todo. Mesmo com todo esse movimento, poucas coisas avançaram em melhorias e políticas voltadas para essa juventude que precisa de apoio e também de autonomia para lutar pelos seus direitos.

Essa falta de avanço e diálogo da sociedade em discussão sobre políticas voltadas para a juventude tem ajudado muitos jovens a entrar em uma posição de grande vulnerabilidade, em que tem tido poucas oportunidades no mercado de trabalho, pois sua escolarização tem sido comprometida por diversos fatores. Podemos citar a falta de professores em sala de aula, falta de planejamento do próprio governo, entre outros problemas que tem afetado essa sociedade mais jovem.

Segundo Foucault (1978), a verdadeira prática sobre as políticas públicas, de fato, não vem acontecendo como deveria. As práticas são aquelas que constituirão a verdade e o jogo dessas verdades no processo de regras, que serão legítimas ou não através de um determinado campo. Nesse campo das políticas públicas, há necessidade dessa legitimidade para que não ocorra a falta e a vulnerabilidade com a juventude. Além disso, ainda é possível ver o grau de diferenciação dos jovens de uma grande cidade para os de uma pequena cidade, no que tange ao acesso, participação, divulgação e busca pelos direitos, projetos e políticas públicas relacionados à juventude, podendo, assim, influenciar a legitimidade dessa busca.

Neste trabalho, o objetivo geral é ampliar a análise e o diálogo sobre o que realmente mudou ou avançou em relação às políticas públicas para a juventude. Vivemos em uma sociedade com número elevado de jovens, por isso, buscaremos neste trabalho fazer uma relação entre as leis, artigos, Estatuto da Juventude e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), debruçando-nos sobre as práticas desenvolvidas pelo governo e os avanços dessa sociedade mais jovem, ambos ligados ao conselho nacional de Juventude (CONJUV) e à Secretaria Nacional de Juventude. Outro objetivo, que também se destaca, é o de tecer discussões e análises sobre as políticas públicas e a juventude em sua relação com a psicologia, no que diz respeito ao desenvolvimento da subjetividade do indivíduo, aspectos sociais, culturais e territoriais e o quanto isto avançou em relação às políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil.

Objetivamos, também, construir respostas para as questões da subjetividade do jovem, a relação do jovem com as políticas públicas, o desenvolvimento psicossocial na juventude, as dificuldades encontradas neste período, os avanços em nosso país e os movimentos que marcaram a história das lutas dessa juventude pelos seus direitos e por mais políticas públicas voltadas para essa sociedade mais jovem. Antes da década de 90, não havia leis específicas para a juventude, cenário que depois de muitas lutas e movimentos promovidos pelos próprios mudou, visto que a sociedade e o governo de forma geral precisaram pensar e elaborar políticas públicas voltadas para a juventude.

Realizando essa análise, teremos resultados concretos que irão viabilizar uma grande possibilidade de diálogos entre a sociedade e o governo em relação às políticas públicas para a juventude, o que é fundamental nesse processo de melhorias para uma sociedade mais jovem e com projeção para crescimento no futuro. Vamos verificar também movimentos relacionados à juventude a partir da década de 90 até os nossos dias atuais, vendo suas principais conquistas e o desenvolvimento delas atualmente, sendo este o foco principal. Envolveremos também uma discussão e análise sobre as políticas públicas e juventude e a sua relação com a psicologia na questão da subjetividade do indivíduo, aspectos sociais, culturais e territoriais.

A importância de estudar esse tema é o grande avanço e apoio para levar a sociedade e o governo a um diálogo mais amplo voltado para a juventude brasileira, posto que este é, ainda, um

tema muito recente em nosso país, com conquistas novas que se mostraram um grande avanço em políticas públicas e sua relação com a psicologia voltadas ambas para a juventude. Hoje no Brasil, segundo o último censo (IBGE, 2010), a população jovem ocupa um quarto da população brasileira chegando ao número de 51,3 milhões com idade de 15 a 29 anos abrangendo Negros, Índios, Pardos, Brancos, jovens de várias religiões e de orientação sexual variada.

Diante desse número, que é muito grande em nosso país, é preciso analisar o quanto se avançou em políticas públicas voltadas para a juventude. O que avançou ou não avançou, após os direitos adquiridos através das políticas públicas e a sua relação com a psicologia para a juventude e o que tem dado certo em termos de políticas públicas para essa sociedade mais jovem que hoje são milhares em nosso país.

Fazendo essa análise, será possível fortalecer o diálogo em relação às políticas públicas voltadas para a juventude e a sua relação com a psicologia no desenvolvimento da subjetividade do indivíduo e seus aspectos sociais, culturais e territoriais. Poderemos, deste modo, provocar mudança e fortalecimento destas políticas para a sociedade mais jovem que é o futuro e o presente desse país e impedindo uma grande vulnerabilidade, preconceitos que assolam a nossa juventude brasileira nesses últimos anos.

Sendo assim, a escolha pelo tema Políticas públicas para juventude e sua relação com a psicologia tem como meta compreender quanto à juventude brasileira, sociedade e o governo avançaram no diálogo e práticas voltadas para as políticas públicas, assim como compreender a contribuição da psicologia no desenvolvimento da formação da subjetividade e formação do indivíduo perante a sociedade brasileira. A verificação deste avanço ou a não existência dele se dará através de um levantamento bibliográfico de textos em artigos, revistas especializadas, teorias, leis da Republica Federativa do Brasil, Estatuto da juventude, Estatuto da criança e do Adolescente e de grandes movimentos que marcaram a luta da juventude brasileira em busca de novas políticas públicas.

Partindo desta problemática, o presente artigo será construído através de buscas nas bases de dados Scielo, bem como em bibliotecas de universidades. Foram utilizados especialmente os seguintes descritores: Políticas Públicas voltadas para a juventude, desenvolvimento humano, desenvolvimento da juventude na psicologia, social e psicanalítico, leis federais, portarias do Governo federal em relação á juventude, estatutos da juventude e da criança e do adolescente. A base referencial foi publicada no idioma português, datadas entre 1990 á 2016. O material estudado serviu como embasamento para uma revisão bibliográfica não sistemática acerca das políticas públicas, juventude e sua relação com a psicologia.

Também serão analisados os movimentos sociais de grande repercussão da juventude brasileira, da década de 90 até os dias atuais, em revistas especializadas e artigos científicos que

falem desses importantes eventos que marcaram, de certa forma, as conquistas da juventude de todo o país.

Para a ampliação da discussão também serão analisados documentos, demandas, relatórios de reuniões, conferências do Conselho Nacional de Juventude (CONJUV) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), matérias disponíveis no site oficial da secretaria e revistas oficiais que permitem acompanhar o andamento das políticas públicas de juventude no Brasil e de suas discussões atuais.

## **1. DESENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE**

A juventude é um período que ocorre entre a infância e a fase adulta, podendo considerá-la como umas das fases mais importantes da vida, pois é neste período que ocorreu definição da pessoa subjetivamente, seus interesses, seus projetos e a sua relação com o mundo formando, assim, o seu projeto de vida.

Segundo Piaget (1974), a personalidade de um indivíduo começa a se formar no final de sua infância, entre 8 e 12 anos de idade, realizando a organização autônoma das regras, dos valores e a sua afirmação da vontade. Estes são aspectos característicos, únicos e pessoais de cada jovem que irão aparecer na construção de um projeto de vida, dando norteamento em sua adaptação ativa à realidade do mundo onde vive, ajudando também na sua preparação e inserção no mercado de trabalho.

O tempo pode relatar que a juventude é um momento de preparação para o mundo, da construção da sua subjetividade, da autonomia - enquanto sujeito - e do crescimento profissional, intelectual e social. Sendo o presente de toda e qualquer sociedade onde estiver inserido.

Também é possível verificar que a juventude é um processo de identidade, em que os adolescentes e jovens passam por vários momentos de escolhas e de identificação com o mundo, seja na sua vida social, particular ou profissional. É nestes momentos que é preciso ter segurança frente a todas essas transformações - físicas ou psicológicas - provenientes desse período, que é por muitos considerado um momento de crises.

É muito importante que todo o indivíduo passe por esse momento de crises que começa na Adolescência chegando à Juventude e o qual a sociedade em geral abomina. Podemos considerar que é através dessas crises que o indivíduo irá perceber no que ele acertou e errou, podendo construir um futuro promissor sem muitas surpresas em sua vivência, visto que já passou por esses momentos e conseguiu superá-los, assim como as superou as dificuldades para o seu crescimento

e o da sua subjetividade no mundo onde está inserido, tornando-se um sujeito mais autônomo com capacidade de enfrentar os problemas e os dilemas que futuramente poderão surgir em sua vida.

Aqueles que não vivenciaram esses momentos de crises ou foram impedidos de passar, por ser algo tão temido na sociedade ou da cultura em que está inserido, poderão ter grandes dificuldades futuramente, no que tange à formação da sua autonomia e crescimento.

Erikson (1976) foi muito além de outros teóricos, passando pela adolescência e pensando em seus estudos acerca da juventude, identificando a importância de se estudar o que vem antes e depois da adolescência. Ele desenvolveu vários conceitos sobre os tipos de fases na sua teoria psicossocial do desenvolvimento e a fase de identidade e versus identidade de confusão, no qual aborda algumas questões que estão presentes no período da adolescência e no início da juventude.

Onde essas questões são uma expressão do sentimento da identidade e essa sede que ocorre em todo o indivíduo nessa fase, na qual perguntas e dúvidas poderão surgir: “O que quero ser?”, “O que devo escolher?”, entre outras perguntas, serão respondidas e, então, o adolescente poderá se introduzir em algum papel na sociedade através da sua vocação, dos grupos que frequenta, das suas metas para o futuro, escolha de um par, escolha de amigos, entre outras escolhas.

Essas escolhas são muito importantes para o desenvolvimento e o crescimento da juventude, pois ajudará o adolescente a seguir em frente no próximo passo para chegar à fase jovem, vencendo todas as crises que acontecem e que são necessárias nesse processo de projeto para a vida após a adolescência, para sua ligação com o mundo e para sua preparação para futuro.

Também é preciso ver e considerar a importância do contexto social, histórico e cultural de cada indivíduo em uma sociedade, pois é através desses contextos que surgirá o significado de formação do adolescente e do jovem.

“Naturalmente, a negligência geral desses fatores na psicanálise não favoreceu uma aproximação com as Ciências Sociais. Os estudiosos da sociedade e da história, por outro lado, continuam ignorando alegremente o simples fato de que todos os indivíduos nasceram de mães; de que todos nós já fomos crianças; e de que a sociedade consiste em gerações no processo de desenvolvimento de filhos em pais, destinados a absorver as mudanças históricas durante as suas vidas e a continuar fazendo história para seus descendentes. Somente a psicanálise e as ciências sociais unidas poderão finalmente proceder ao levantamento do curso de vida individual no contexto de uma comunidade em permanente mudança”. (ERIKSON, 1987, p.44).

Vendo essa importância de se considerar os contextos sociais, históricos e culturais do indivíduo que vive em permanente mudança, será possível realizar estudos mais avançados e



qualificados, possibilitando, até mesmo, as colocações de opiniões seguras acerca do desenvolvimento do adolescente e do jovem sem atrapalhar seus anseios e projetos para o futuro, crescimento social e profissional, considerando sempre essa subjetividade da sociedade mais jovem.

A integração entre o individual e o social para se estudar a subjetividade humana é essencial. Só através dessa integração será possível o estudo e o desenvolvimento com excelência da nossa sociedade e principalmente da juventude, impedindo regras que atrapalhem a subjetividade do sujeito fortalecendo, assim, um crescimento e amadurecimento de acordo com a sua vontade e os aspectos sociais e culturais de cada indivíduo.

Vemos que a juventude tem a sua importância para o desenvolvimento de todo o ser humano, por isso essa importância de pensar em políticas públicas voltadas para sociedade mais jovem, que já é de mais 50 milhões segundo o IBGE (Censo 2010). Este dado confirma a necessidade de se pensar em projetos para a juventude do nosso país.

“Os jovens ocupam, hoje, um quarto da população do País. Isso significa 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivendo, atualmente, no Brasil, sendo 84,8 % nas cidades e 15,2 % no campo. A pesquisa também mostra que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham 36% estudam e 22 8% trabalham e estudam simultaneamente”. (IBGE, 2010).

Mesmo com esse grande número de jovens no Brasil, a sociedade em si ainda dá pouca importância e, às vezes, deixa de lado assuntos voltados para juventude. Quando alguma medida é realizada, seja por parte do governo ou da sociedade, é para evitar algum problema ou ameaça social, sendo sempre identificadas como geradores de problemas para sociedade, exigindo cuidados específicos sem, ao menos, pensar nos danos que poderão causar a essa sociedade mais jovem. “Assim, somente quando alcançam a condição de problemas de natureza política e ocupa agenda pública, alguns processos de natureza social abandonam o “estado das coisas” (SPOSITO & CARRANO, 2003, Pág. 17).

## **2. JUVENTUDE NA SOCIEDADE**

A cultura vai ter uma grande influência sobre o desenvolvimento humano, principalmente na juventude, de modo que suas escolhas serão feitas a partindo que a sociedade irá oferecer, tendo que se adequar ao que a cultura adota como certo e modelo. Essa preservação cultural da sociedade vai estender-se no desenvolvimento da humanidade, como relata Freud (1930): “No curso dessa



investigação, impôs-se-nos a idéia de que a cultura é um processo especial que se desenrola na humanidade, e nós continuaremos sob o influxo dessa idéia”. (P.90)

A nossa sociedade através da sua cultura acabou trilhando um caminho, existindo um fator presente em nossa sociedade, em que o sujeito é idealizado autocentrado, instigado pelos seus interesses individuais. Mesmo assim, sendo capaz de reflexão e bom senso, respeitando as leis vigentes e regras da sociedade, a juventude e o cidadão podem realizar suas manifestações no espaço público, na busca pelos seus direitos e promover a coletividade como afirma Mattos & Castro (2016).

Vemos que os jovens ainda encontram muitas dificuldades em várias áreas como: educação, esporte, lazer, cultura, trabalho, entre outras, mesmo tendo as leis, dois estatutos e leis estaduais e municipais que os resguardam, vemos muitas teorias e pouca prática. Quando se fala que é um trabalho voltado para a juventude mesmo existindo esse amparo da parte do governo para a sociedade mais jovem, mesmo com todas as lutas, conferências, encontros promovidos pela juventude, percebemos uma sociedade que ainda é marcada por deixar a juventude de lado. Sabemos que os jovens de hoje serão os nossos futuros governantes, profissionais e pensadores.

Existindo essa falta de um olhar específico para a juventude, tanto da sociedade como do governo, é possível provocar grandes danos para toda a vida nessa sociedade mais jovem. É ainda nítido ver muitos jovens sem amparo pela falta das políticas públicas que foram implantadas e colocadas no papel, mas que não foram postas em prática, gerando falta de oportunidades, individualismo dentro da nossa sociedade, em que somente uma parcela de jovens terá oportunidades. “até onde se estende o nosso universo, teremos que lidar, e sempre de maneira mais premente com a segregação” (LACAN, 1967, p.360).

Como afirma Laurent (2007), pelas negligências e situações diversas, pode ocorrer um mal estar, um sintoma na civilização. Esse sintoma pode deliberar problemas sérios, como a angústia, dentro do corpo social, por falta de mobilizações, execuções de projetos, construção da subjetividade do indivíduo, para toda a sociedade e, principalmente, para juventude que está inserida nesse processo de amadurecimento e crescimento dentro da sua cultura e coletividade.

O diálogo é realmente muito importante, mas a prática e o desenvolvimento são fundamentais para que as políticas públicas voltadas para juventude possam funcionar verdadeiramente, evitando, assim, grandes danos para a sociedade do amanhã. É preciso ouvir essa juventude e verificar seus desejos e anseios para que não haja a estagnação, nem mesmo, nas trocas de governos na esfera pública, a juventude precisa da sua vez e dos seus direitos. Como explicado no Guia de Políticas Públicas de Juventude (SNJ, 2006):

“É preciso considerar as heterogeneidades da juventude, é um universo juvenil complexo, compreendendo múltiplas singularidades que precisam ser levadas em consideração na elaboração e na implementação de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira” (p.6).

É imprescindível uma análise, um olhar específico, antes de todo ou qualquer planejamento voltado para a juventude em relação das Políticas Públicas, que pode variar de acordo com a subjetividade do sujeito, seus aspectos sociais, suas escolhas, cultura, vida econômica e territorial.

Essa dinâmica irá fazer todo o diferencial na construção, para que verdadeiramente as políticas públicas funcionem para a sociedade mais jovem e gerem, assim, ótimos resultados para os próprios e para toda a sociedade brasileira, que ganhará cada vez mais com a discussão, com o diálogo, com a análise construção e elaboração dessas políticas para a juventude. Toda esta dinâmica ajudará a evitar a grande vulnerabilidade que os jovens têm enfrentando no dia a dia.

Freud (1930) vai relatar que o jovem nesse processo de inserção na sociedade, descrita na época como civilização, vai passar por uma tarefa que é a separação da família, fornecendo, de fato, um novo tempo para esse jovem se desenvolver estruturalmente e psicologicamente na cultura. A sociedade irá de certa forma colaborar com esse desenvolvimento, muitas vezes, influenciando também.

Observamos que a juventude ao longo dos anos foi se modificando, assim como a sociedade. Hoje, podemos denominá-los geração pós internet, visto que essa juventude recebe muitos conteúdos e acaba absorvendo tudo sem nenhum tipo de filtro, sem ser altamente críticos, entretanto deve-se ressaltar que há também, nesta geração, jovens com pensamentos críticos e com autonomia, que não vivem com a demanda da moda que é imposta pela sociedade através das mídias não especializadas e a internet. O pensamento crítico vai acontecer através da leitura que leva ao pensamento e ao exercício da criatividade, permitindo um olhar e um pensar diferente. Mas, para esse pensamento acontecer é preciso investir nesses jovens de 15 a 29 anos, segundo a lei 12.852 (2013). Essa lei vai dispor para essa juventude princípios e direitos na sociedade:

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios: I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens; II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País; IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem; VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Quando se fala em juventude, não é possível considerar o retrocesso ou até mesmo o cancelamento dessas políticas públicas que são de extrema importância para o desenvolvimento e crescimento absoluto de toda a juventude. Por isso é preciso verificar o quanto essa política evoluiu, se tem evoluído ou se parou e por quais motivos.

### **3. POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE**

Nos últimos anos, vimos e temos acompanhando o crescimento das políticas públicas direcionadas à sociedade mais jovem. Segundo a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que tem como objetivo coordenar, integrar e articular as políticas de juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para o seguimento juvenil.

Muitos projetos foram criados durante esses anos, a partir dos movimentos organizados pela juventude na década 90, como uma forma de melhorias e um olhar diferenciado, tanto da sociedade como do governo. Podemos citar alguns desses projetos criados: ID Jovem, que tem como objetivo o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artísticos e esportivos; o programa Estação Juventude, que oferece diversos serviços para a promoção da inclusão e emancipação dos jovens; o Plano da Juventude Viva, que apresenta um olhar específico e um enfrentamento contra os casos de homicídio com jovens, especificamente jovens negros moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Há, também, os programas para a Juventude Rural, Observatório participativo da Juventude, Vale Cultura, Cotas no Ensino Superior e entre outros.

São muitos projetos desenvolvidos pelo governo federal para a juventude, mas, ainda assim, temos uma realidade pouco satisfatória para essa sociedade mais jovem. Esta realidade existe porque, apesar de muitos projetos bonitos no papel, poucos são executados como deveriam ser, nos estados e municípios do nosso país. Jovens sem esperança de um futuro melhor e de viver uma vida com dignidade, lutando realmente pelos seus direitos e conquistas que foram concretizadas.

Fazendo uma análise do que não avançou em relação às políticas públicas, não é preciso ir tão longe, podemos olhar para os municípios brasileiros e verificar nas escolas municipais e estaduais a grande falta de professores em suas redes de ensino. Este fato revela uma falta de planejamento e compromisso com o que é sugerido na Constituição Federal de 1988, Capítulo III no seu Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Sem educação não é possível um futuro com dignidade para a juventude, mesmo sendo uma garantia do governo podemos verificar falhas, podendo especificar algumas como: Falta de

professores em salas de aula e escolas de qualificação profissional e preparações para o primeiro trabalho como mostra o IBGE (2010):

“[...] O estudo aponta que entre os mais novos, na faixa de 15 a 17 anos, 65% estudam e 16% trabalham. Entre os jovens de 25 a 29 anos, mais de 70% trabalha ou está procurando trabalho, enquanto apenas 12% ainda estuda e apenas 16,2% dos jovens de todo o País chegaram ao ensino superior, 46,3% apenas concluíram o ensino médio e 35,9% têm sua escolaridade limitada ao ensino fundamental”.

Todas as falhas acabam atrapalhando o desenvolvimento, pessoal, profissional e da cidadania, impedindo que esse jovem possa se tornar um ser mais crítico diante de toda a sociedade.

O diálogo entre sociedade e governo e governo e sociedade é primordial para que verdadeiramente as políticas públicas para juventude possam funcionar, obtendo um avanço que alcance, de fato, todos os jovens da nossa sociedade e impeça essa grande vulnerabilidade que tem sido um obstáculo enfrentado por eles.

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) tem se esforçado, juntamente com o Conselho Nacional de Juventude (CNJ), para criação de novas políticas e programas. Podemos citar o programa ID jovem, que beneficia milhares de jovens com acessos à meia-entrada em eventos como teatro, cinema e passagens interestaduais gratuitas.

Na questão do diálogo nas lutas e movimentos que buscam um objetivo, que se faz necessário para o bom desenvolvimento do país, é notável destacar que o Conselho Nacional, Estadual ou Municipal tem realizado grandes esforços na busca de novas políticas públicas para juventude. É através desse conselho, que são representados por jovens de todos os tipos de movimentos sociais, dos quais podemos citar algumas como: Sindicatos, Comunidades LGBT, Comunidades LGBTI, Comunidades Católicas, Comunidades Evangélicas, Movimentos Estudantis, Movimentos das Religiões Afro-descendentes, Movimentos Partidários, entidades governamentais, entre outros que se poderá discutir, avaliar e transformar as dificuldades da juventude em realidade. Mas para que isso aconteça, é preciso que toda a sociedade participe, faça uma grande divulgação da importância desse conselho e de outros para busca dos nossos direitos e fiscalização no desenvolvimento dessas políticas públicas para toda a sociedade e a juventude.

Mas, infelizmente, atualmente podemos ver que em nosso país há uma grande descrença e um desinteresse em relação à Política e às Políticas Públicas para a juventude. Esse cenário configura uma grande preocupação em relação ao futuro da nossa democracia no Brasil, pois entendemos que os jovens são o nosso presente e o nosso futuro.

Um estudo não tão recente, publicado pelo Instituto da Cidadania (ABRAMO & BRANCO, 2005) mostra o perfil da juventude brasileira. Ele relata que apenas 15% da juventude do local onde a pesquisa foi feita participam de algum tipo de associação ou movimentos sociais ligados à juventude, sendo apenas uma visão superficial da questão que precisa e merece ser mais aprofundada e estudada por toda a nossa sociedade. Mesmo nesse estudo, que não chega a toda nossa juventude, é possível ter um panorama, uma prévia de como é a participação dos jovens nessas associações e movimentos por todo o país.

Seguindo o relato desse estudo, podemos verificar em nossas cidades e estados, através do governo, quantas superintendências de juventude existem nos estados pelo Brasil, quantas coordenadorias ou subsecretarias as cidades pelo nosso estado possuem.

No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o governo estadual possui uma Superintendência de Juventude (SUPERJ) subordinada à Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude (SEEELJU), que coordena as coordenadorias de juventude, subsecretaria ou secretaria nos municípios pelo estado, mas acaba sendo opcional, uma escolha da gestão atual dos governos municipais. É notório ver que muitas cidades não possuem o Conselho Municipal de Juventude (CMJ), não existe a preocupação dos seus governantes pela execução do trabalho de políticas públicas para a juventude.

É preciso pensar em mais políticas públicas e colocar em prática para todos, inclusive as já conquistadas e que são voltadas para a nossa juventude. É necessária a inclusão de todos os tipos de raças, religiões, opções sexuais, sociedades, movimentos culturais e sociais sejam de esporte, lazer, dança, teatro. Entender a juventude como um todo é importante em toda a sociedade independente de suas escolhas, que podem agradar ou não os seus familiares, sociedade ou sua cultura.

A vulnerabilidade e a desesperança com os nossos jovens precisam acabar o mais rápido possível, precisamos de jovens fortes e não de jovens frustrados. Mas para que isso aconteça é preciso uma sociedade mais ativa, que vá a busca dos seus direitos e cobre os governos por mais políticas públicas para a juventude, políticas que possam sair verdadeiramente do papel e entrem nas comunidades, bairros, cidades, estados, em todo o país, atendendo todas as demandas e anseios dessa sociedade mais jovem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como objetivo ampliar o diálogo entre a sociedade e o governo sobre as políticas públicas para a juventude, além disso, procuramos apresentar um olhar diferenciado para o desenvolvimento do jovem e do adolescente, que estão num processo de construção da sua

identidade, subjetividade e da sua escolha profissional. Procuramos, também, reforçar a questão da discussão pela garantia de todos os direitos e das políticas públicas para a juventude.

Ainda vemos que os jovens encontram muitas dificuldades em todas as áreas, como educação, esporte, lazer, cultura, trabalho, entre outras, mesmo tendo as leis e dois estatutos. Existem muitas teorias e pouca prática quando se fala em um trabalho voltado para a juventude, mesmo tendo amparo da parte do governo para a sociedade mais jovem. Apesar de todas as lutas, conferências e encontros promovidos pela juventude, percebemos uma sociedade ainda marcada em deixar a juventude de lado, mesmo sabendo que jovens de hoje serão os nossos futuros governantes, profissionais e pensadores.

Como explicado no Guia de Políticas Públicas de Juventude (SNJ, 2006) “é preciso considerar as heterogeneidades da juventude, é um universo juvenil complexo, compreendendo múltiplas singularidades que precisam ser levadas em consideração na elaboração e na implementação de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira”.

As políticas públicas para a juventude não podem ficar estagnadas, precisam de um pleno funcionamento em todo o território nacional, abrangendo todos os tipos de juventude, tendo como objetivo ampliar o diálogo, a construção da subjetividade desse indivíduo, oportunidades para o seu crescimento pessoal e profissional.

A fiscalização e a participação dos jovens são de extrema importância em projetos e na preparação de políticas públicas, pois é através desse diálogo entre sociedade e governo que novas possibilidades vão se constituir.

É por esses motivos e outros que não é viável considerar um regresso ou cancelamento das políticas públicas para a juventude, pois é através dessas políticas que será possibilitado um novo caminho, um diferencial para a nossa juventude brasileira, concedendo a ele um caminho de possibilidades para o seu crescimento dentro da sociedade.

Políticas públicas e juventude podem e devem andar juntas, lado a lado, vencendo essa dicotomia do indivíduo versus sociedade e buscar compreender a complexa rede de relações e interações vivenciadas pelo jovem, provocando mudanças, esperanças e possibilitando a efetiva ação e voz na sociedade brasileira, emponderando o sujeito e reinventando a política como afirma Rancière (1996).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016.

PORTAL da Presidência da República Federativa do Brasil, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em 23 de Setembro de 2017.

PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FREUD, Sigmund, (1856-1939). O mal estar na civilização, novas conferências introdutórias á psicanálise e outros textos (1930-1936) / Sigmund Freud; Tradução Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRONFENBRENNER, Urie. A ecologia do desenvolvimento. (p.6) Porto Alegre: Editora Artmed, 1996.

MATTOS, Amana Rocha; CASTRO, Lucia Rabello de. Jovens e a Liberdade: reflexões sobre autonomia, responsabilidade e independência. Psicol. Soc. Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 65-73, abr. 2016.

Guia de Políticas Públicas de Juventude, Brasília: Secretária-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude Estatuto da Juventude: lei nº12. 852, de agosto de 2013/ Secretaria nacional de Juventude. Brasília: SNJ, 2014.

FOUCAULT, M. (1984). O cuidado com a verdade. In C.H.Escobar (Org), Michel Foucault (1926-1984). O Dossier: últimas entrevistas (pp. 74-85). Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora. (Original publicado em 1984).

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. Em: D. Jodelet (org.) As Representações Sociais. (p.17-44). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MOSCOVICI, S. Representação social da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.



PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Uma introdução ao estudo de psicologia / Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. 14ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LACAN, Jacques (1967). Alocuções sobre as psicoses da criança. In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 2003.

LAURENT, Éric (2007). A sociedade do sintoma. “A psicanálise, hoje” Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

ERIKSON, E. H. Identidade, Juventude e Crise. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

ERIKSON, E. H. Infância e Sociedade. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1987.

Portal Brasil, com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria Nacional da Juventude e do Ministério do Trabalho e Emprego, 2010.

SPOSITO, M.P. & Carrano, P.C.R. (2003, setembro/dezembro). Juventude e políticas públicas no Brasil. Tempo Social- Revista Brasileira de Educação. 24,16-39.

BRASIL, Constituição Federal, 1998.

ABRAMO, H.; Branco, P. (org.). Retratos da juventude brasileira. São Paulo: Instituto da Cidadania / Fundação Perseu Abramo, 2005.

RANCIÈRE, J. O desentendimento. São Paulo: Editora 34, 1996.